

BERTRAND RUSSELL

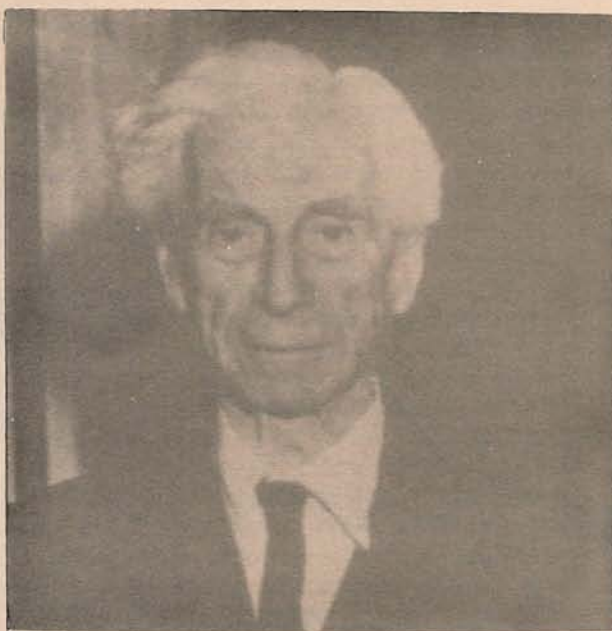
Bertrand Arthur William Russell, nascido em 1872, de uma família aristocrática inglesa da cidade de Trelleck, foi um dos filósofos mais lidos e discutidos do período compreendido entre as duas guerras mundiais. Não há domínio da filosofia ao qual não se tenha abeirado, e amiúde se ocupou de questões como o pacifismo (cuja defesa valeu-lhe um tempo de prisão durante a 1ª Guerra Mundial), o uso militar da energia atômica, ou a participação norte-americana no conflito vietnamita. Até sua morte (1971), afirmou-se como crítico de instituições sociais e militou em movimentos que se reputavam defensores da liberdade humana.

A doutrina de Russel divide-se em duas partes inteiramente diferentes: uma é constituída por sua lógica e filosofia da matemática, a outra compreende todo o restante de suas teorias.

Podemos também distinguir duas fases na evolução do pensamento deste autor. A princípio trabalhou sob o signo da matemática, que se lhe afigurava ser o ideal da filosofia. Fala dela com o entusiasmo de um discípulo de Platão. Era, então, de modo geral, um platônico convicto. Considerava evidente, para além da realidade empírica, a existência de universais que apreendemos diretamente e que possuem existência própria, independentemente das coisas e do espírito. Via, então, na filosofia uma ciência dedutiva, em parte independente da experiência sensível. Datam desta época seus "Principia Mathematica".

Contudo, posteriormente Russel desliza cada vez mais para o positivismo. O problema dos universais afigura-se-lhe destituído de fundamento; toda metafísica privada de sentido; a filosofia já não dedutiva, mas simplesmente empírica, no sentido da tradição inglesa, passa a consistir unicamente na análise das noções das ciências da natureza, ou na síntese dos resultados científico-naturais, e só nessa medida se reveste de significação.

Sendo a filosofia essencialmente científica, a imposição de seus problemas deve arrancar, não da religião ou da moral, mas das "ciências da natureza". Seu ideal deve ser um ideal científico; no fundo, o campo de atividade da filosofia abrange tão-somente os problemas que ainda não podem ser estudados cientificamente, de sorte que ela outra coisa não faz a não ser preparar o caminho à ciência. Todo romantismo e todo misticismo devem ser absolutamente excluídos. Tampouco se deve buscar na filosofia "um remédio heróico para os sofrimentos intelectuais", mas importa que nos



aprofundemos impassivelmente, pacientemente, na exploração de cada problema.

Russell não acreditava que a filosofia fosse capaz de oferecer muitas respostas seguras. Destinando-se a desbravar o caminho à ciência, caber-lhe-ia antes levantar problemas, do que resolvê-los. Segundo ele, sua tarefa principal seria a crítica, cabendo ao filósofo esclarecer os conceitos, as proposições, e as demonstrações científicas; por isso devia-as submeter a uma penetrante análise lógica, evitando respostas eternamente duvidosas.

Russell tornou-se agnóstico declarado, persuadido de que só a ciência da natureza nos pode informar acerca da realidade, embora não possa ultrapassar o terreno da probabilidade. Nem sequer na matemática enxergava, agora, beleza platônica; pois ela seria nada mais que simples instrumento prático da ciência. Para ele, só os métodos científico-naturais poderiam proporcionar conhecimentos. Acreditava no aperfeiçoamento do homem pela técnica, e falava do "progresso" com empolgação. Sobre toda a marcha de seu pensamento pesa um quase completo ceticismo.

Russell manteve-se aferrado aos ideais positivistas do século XIX. Com seu radicalismo político e anti-religioso, assemelhou-se a uma espécie de Voltaire moderno. Mas, apesar de sua grande inteligência, Russell nunca logrou evitar as contradições. Nos derradeiros livros voltou a aproximar-se de sua primeira posição: admitiu a impossibilidade de um empirismo puro e propugnou a aceitação dos universais.

O relativismo ético

O homem, segundo Russell, é apenas uma parte insignificante da natureza. Seus pensamentos são determinados pelos processos cerebrais, portanto pelas leis da natureza.

A ciência natural, única fonte de nosso saber, não subministra base alguma à crença em Deus, ou na imortalidade. Aliás, a doutrina da imortalidade é até contraditória, absurda, porque a alma, se fosse imortal, deveria ocupar, encher todo o espaço.

A religião está fundamentada no temor; é, pois, um mal. É, outrossim, "uma inimiga da bondade e da decência no mundo moderno", sendo própria dos homens que ainda não atingiram a maturidade.

Se, na ordem do ser, o homem nada mais é do que uma parte insignificante da natureza, pelo contrário, sua posição na ordem dos valores é inteiramente diferente. "Somos livres para elaborar um ideal de vida". Este ideal é, para Russell, o de uma "vida boa"; vida orientada por uma amor afetivo e conduzida com a ajuda do saber. Este princípio é suficiente, e toda moral teórica é supérflua. Para compreender isto, nada mais precisamos que colocar-nos na situação de uma mãe com um filho doente: ela não precisa de moralistas, mas de um bom médico.

Russell aceita a necessidade de regras práticas para a vida, mas diz que tais regras estribam ainda hoje, principalmente, em crenças supersticiosas, como a moral sexual, incluindo a monogamia, e a maneira de se tratar os delinquentes (criminosos, etc.). Igualmente falso é o ideal de salvação do indivíduo, que, como ideal aristocrático, opõe-se ao ideal de salvação da sociedade, que corresponde à democracia.

Para Russell, a meta a se alcançar é sempre a felicidade, que se obtém combatendo o temor, fortificando o ânimo, mediante a educação e o aperfeiçoamento global dos homens. Imenso progresso pode ser levado a efeito, com a condição de não ficarmos tolhidos por um respeito supersticioso à natureza, porque toda a natureza, incluindo o homem, deve tornar-se objeto de estudo científico, para que daí resulte maior soma de felicidade.

Análise de trechos do livro: "Por que não sou cristão"

Russell declara serem todas as grandes religiões do mundo, não apenas falsas, mas também prejudiciais. Não considera os argumentos lógicos dos escolásticos a respeito da existência de Deus, pois afirma que a lógica aristotélica, a que esses argumentos tradicionais apelavam, é antiquada, rejeitada praticamente por todos os lógicos, exceto os católicos. Cita o

argumento da prova teológica da existência de Deus como não sendo puramente lógico, tendo sido destruído por Darwin.

Há, para Russell, algo estranho na apreciação ética daqueles que pensam que uma deidade onipotente, onisciente e benevolente, após preparar o terreno, durante muitos milhões de anos de inanimadas nebulosas, se sentiria adequadamente recompensada com o aparecimento final de Hitler, Stalin e da bomba H. Ao apontar o fato de não se permitir aos jovens, na Rússia, ouvirem argumentos a favor do capitalismo, e nos EUA, a favor do comunismo, confunde fé (segundo o autor, esta é a convicção que não pode ser abalada por prova contrária, sendo necessário, no caso de dúvidas, suprimir a prova contrária; ou seja, ironiza a "infalibilidade" da Fé) com a mera imposição exterior de uma crença. Sabe-se que assim se conserva intacto, artificialmente, um comportamento, mas que na verdade não traz harmonia e paz; mantém tão-somente uma aparente obediência e convicção, preparando, de fato, uma guerra de extermínio, através do ódio contido.

A partir de uma distorcida interpretação da fé, Russell vê nesta virtude o réu, culpado de encher o espírito dos jovens de hostilidade fanática, tanto contra aqueles que possuem outros fanatismos, quanto, de maneira ainda mais virulenta, contra os que são contrários à todos os fanatismos. Por isso valoriza o hábito de se basear as convicções em provas, pois curaria, se se tornasse geral, a maior parte dos males de que padece o mundo.

Russell demonstra, nesta obra, todo seu amargo ressentimento e sua revolta para com os que professam um credo, defendendo-o de maneira dogmática.

A contundência proposital de suas exposições e seu intransigente posicionamento anti-Ética, valeu-lhe o impedimento de ensinar no City College da cidade de Nova Iorque, acusado por diversas autoridades (chocadas com o seu pronunciamento a favor do liberalismo) de sofista, mau-caráter, corruptor da juventude, etc.

Toda sua concepção filosófica, em favor da justa ação humana (em seu conceito), está fundamentada em bases de cunho essencialmente materialista, carente de valores atemporais, transcendentais. Ao desenvolver a defesa dos direitos sociais do homem, Russell não se apercebe de que a liberdade sem direcionamento e disciplina gera a anarquia: "Quanto a mim, acho que é melhor fazer um pouco de bem, do que muito mal. O mundo que eu gostaria de ver, seria um mundo livre da virulência das hostilidades de grupo, capaz de compreender que a felicidade de todos deve derivar-se, antes da liberdade mental, do que o encarceramento do espírito dos jovens numa rígida armadura

de dogmas, para que assim se possam proteger, através da vida, contra os dardos das provas imparciais. O mundo precisa de corações e de cérebros francos, e não é mediante sistemas rígidos, quer sejam velhos ou novos, que isso poderá ser conseguido”.

Nesta afirmação, Bertrand Russell deixa transparecer um forte anseio de harmonia social, mas sem levar em conta sua própria inadequação para pôr em prática esse ideal. No afã de afastar todo e qualquer rigor ético, prega o abandono dos jovens à sua própria sorte, ou seja, aos ditames de sua própria mente. Considerando sua teoria, se cada ser humano tiver que se educar dentro da “liberdade mental”, chegamos à impossibilidade de se agir por cooperação, uma vez que a mente “livre” do jovem lutará por conservar sua comodidade egoísta. Em outras palavras, Russell proclama uma espécie de fraternidade, sem a prévia conquista interior da boa vontade kantiana, que exigiria constante luta e auto-esforço.

Origens das regras morais

A moralidade corrente é uma curiosa mistura de utilitarismo e superstição (este é o fator de maior peso, pois a superstição constitui a origem das regras morais). Originariamente pensava-se que certos atos desagradavam aos deuses, sendo os mesmos proibidos pela lei, por se julgar que a ira divina poderia cair sobre a comunidade e não apenas sobre os culpados. Surge daí a concepção de pecado, como coisa desagradável a Deus. É evidente, portanto, que um homem dotado de uma visão científica da vida, não pode sentir-se intimidado diante de textos da Escritura ou dos ensinamentos da Igreja.

As normas morais deviam ser tais que tornassem possível a felicidade instintiva. A vida satisfatória consiste no amor guiado pelo conhecimento. Numa comunidade em que os homens vivam desse modo, mais desejos serão satisfeitos do que em uma comunidade onde haja menos amor e conhecimento. Deve-se diminuir as ocasiões de conflito, fazendo com que o sucesso dos desejos de um homem se harmonize com os desejos de outro.

O amor é para Russell uma coincidência de interesses.

Tudo o que aumente a segurança geral, tem probabilidade de diminuir a crueldade. É preciso evitar que haja miséria; é preciso melhorar a saúde pública por meio de medicina, da higiene e do saneamento, e de todos os outros métodos tendentes a diminuir os terrores que rondam os abismos da mente humana e surgem como pesadelos quando os homens dormem. Só a justiça pode dar segurança; e por justiça Russell entende o reconhecimento dos direitos iguais de todas as criaturas humanas.

O amor, a felicidade e a ciência.

Segundo Russell, as emoções de fundo altruístico são uma espécie de transbordamento de sentimentos paternos ou, às vezes, uma sublimação de tais sentimentos. O desejo de felicidade de outrem, sem o sentimento de deleite, converte-se numa atitude fria e superior. Só se deseja bem aos outros na proporção em que nós próprios nos sentimos necessitados de ajuda; do contrário, corre-se perigo de que nos causem dano (ou seja, o interesse como motivo de se amar!). Segundo o autor, o instinto tem seus direitos, e se os violentarmos além de certos limites, ele se vingará de maneiras sutis. Por isso, ao desejarmos uma vida virtuosa, devemos ter em mente os limites da possibilidade humana. Uma vez que todo procedimento nasce do desejo, é claro que as noções éticas não podem ter importância, exceto se tiverem influência sobre o desejo. Fora dos desejos humanos não há padrão moral. Deveríamos, portanto, respeitar a natureza humana, já que os nossos impulsos e desejos constituem o material de que pode ser feita nossa felicidade. De nada vale dar-se aos homens algo abstratamente considerado como constituindo um Bem. Devemos dar-lhes algo que desejem, ou de que necessitem, se quisermos contribuir para sua felicidade. Talvez a ciência aprenda, com o tempo, a moldar os nossos desejos de modo que não entrem em conflito com os de outrem; então, estaremos em condições de satisfazer a uma proporção muito maior de nossos desejos do que atualmente. Somente nesse sentido é que os desejos se terão tornado “melhores”. No momento, a ciência está ensinando a nossos filhos que se matem mutuamente, pois muitos homens de ciência estão dispostos a sacrificar o futuro da humanidade em troca de sua própria e momentânea prosperidade. Mas esta fase passará quando os homens tiverem adquirido, sobre as suas paixões, o mesmo domínio que já têm sobre as forças físicas do mundo exterior. Teremos, então, afinal, conquistado a nossa liberdade.



Bibliografia

1. Bochenski — “A Filosofia Contemporânea Ocidental”
EPU — Edusp, São Paulo, 1975.
2. Bertrand Russell — Coleção “Os Pensadores”
Editora Abril, São Paulo, 1978.
3. Bertrand Russell — “Por que não sou Cristão”
Livraria Exposição do Livro, 1972.

ESTELA M. LUCAS